

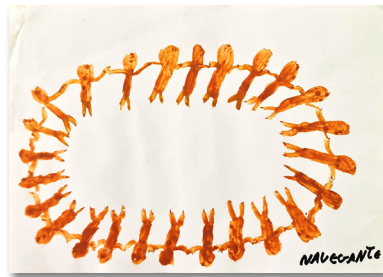
Ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários

ANA LÚCIA DE JESUS ALMEIDA

MARIA EDUARDA GRECCO BEJARANO SUENAGA

RESUMO: Analisamos dados das ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários, que tiveram como pauta o tema saúde. Utilizamos a metodologia da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios, que levanta dados que são registrados em uma plataforma para identificação das ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários. Foram identificadas 69 manifestações. Fazemos uma reflexão sobre as razões das ações para compreender suas lutas pelo direito à saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde no Campo. Movimentos Socioterritoriais. Agrotóxicos.



Collective actions of agrarian socio-territorial movements

ABSTRACT: In this article we analyze data from collective actions by agrarian socio-territorial movements focused on health. We use the methodology of REDE DATALUTA (Brazilian Research Network on Struggles for Spaces and Territories), which uses algorithms to collect data and record it on a platform to identify the actions carried out by agrarian socio-territorial movements. Sixty-nine demonstrations were identified. We reflect on the reasons for these actions to understand their struggles for health.

KEYWORDS: Health in the Countryside. Socioterritorial Movements. Pesticides.

ANA LÚCIA DE JESUS ALMEIDA

Doutora da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.
Email: ana-lucia.almeida@unesp.br

MARIA EDUARDA GRECCO BEJARANO SUENAGA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.
Email: eduarda.grecco@unesp.br

RECEBIDO: 14/09/2025

APROVADO: 10/12/2025

1 Introdução

Este artigo analisa as ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários na luta por saúde no campo. São exemplos de movimentos socioterritoriais os movimentos indígenas e movimentos camponeses. Esses movimentos além de mediar o espaço, também se apropriam de espaços, transformando-o em território.

Produzir territórios é a razão de suas existências. Os territórios, portanto, são compreendidos como espaços apropriados, criados, disputados com outras instituições. Os movimentos na produção de seus territórios constroem suas autonomias e emancipações. Todavia, também podem se subordinar, dependendo da correlação de força.

Portanto, o campo brasileiro é marcado por lutas pela terra, nas quais os movimentos socioterritoriais e socioespaciais emergem como protagonistas da resistência. Estes se definem não apenas por suas pautas, mas também por sua luta essencial pela conquista e manutenção de seus territórios, compreendidos como espaços multidimensionais de existência, trabalho e reprodução social, onde a vida e a cultura são continuamente recriadas (Fernandes, 2005; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023).

Buscamos analisar como as ações coletivas produzem território e como estes territórios produzem ações em um processo de territorialização das necessidades e interesses dos movimentos socioterritoriais no campo. O campo brasileiro provoca a necessidade constante de luta pela terra, mas a luta pela terra é também a luta pela saúde, a educação, a moradia entre outros direitos. Destacamos a saúde, nesta análise porque este é um tema em ascensão na pandemia e após ela.

Quando pensamos a saúde no campo, o debate sobre saúde e ambiente está presente, portanto, não se pode desvincular a luta pela saúde da luta contra os agrotóxicos e em favor da agroecologia. Também está fortemente imbricado com a educação, trabalho, desenvolvimento, considerando as diferenças e desigualdades presentes no território nacional. A influência do ambiente nas condições de vida e saúde dos indivíduos e comunidades têm suas relações com as questões dos impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos no campo.

A disputa territorial se manifesta através da conflitualidade, no qual os trabalhadores se (re)territorializam em luta contra a expropriação. Contudo, a lógica hegemônica, impulsionada pelo agronegócio, promove um modelo de produção químico-dependente que intensifica os conflitos socioambientais e sociais, que são indissociáveis. A relação entre saúde e o uso massivo de agrotóxicos emerge como umnexo central e conflituoso. O modelo agrícola dominante impõem severos e documentados impactos à saúde humana e ambiental, manifestados na contaminação de alimentos, da água, do solo e de ecossistemas inteiros.

Portanto, a promoção e melhoria das condições de vida e saúde das populações do campo é o foco das reflexões aqui apresentadas, capazes de associar às práticas da agroecologia à conservação dos bens da natureza e à promoção da saúde humana e ambiental.

2 Metodologia da pesquisa

O Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) é formado por um conjunto de dados correlatos advindos da sistematização de dados secundários provenientes de sites da internet, sobretudo sites jornalísticos. Nele, organizam-se informações referentes a ações coletivas e conflitualidades espaciais e territoriais a partir de uma metodologia desenvolvida ao longo de 15 anos pela Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA).

A metodologia elaborada consiste em três etapas principais, que apresentaremos aqui para que se compreenda a totalidade dos dados. O levantamento das notícias, isso é, a busca pelos dados, ocorre a partir da ferramenta Google Alerta, uma plataforma que opera através de algoritmos de rastreamento e indexação que são programados pelo usuário a partir de palavras-chave. O usuário, por meio de uma conta, pode cadastrar uma ou mais palavras-chave que deseja acompanhar, além de definir parâmetros como idioma, região e frequência das notificações. O Google rastreia constantemente a internet em busca de novas informações ou notícias relacionadas às palavras cadastradas. Quando

são encontrados resultados relevantes, um e-mail com links para os conteúdos é enviado. As notícias enviadas ao e-mail do projeto são lidas individualmente pela equipe, que seleciona aquelas válidas com base em dois critérios: ser realizada por um movimento constituído e conter a data de publicação.

São considerados movimentos constituídos aqueles com estrutura organizativa e nome próprio. Essa delimitação busca compatibilizar o volume de dados com a capacidade analítica disponível. Em momentos anteriores, o registro de ações mais difusas gerou uma saturação do banco de dados, dificultando a análise. A sistematização dos dados das notícias escolhidas como aptas é feito através do JotForm, uma plataforma online para criação de formulários personalizados. Os dados submetidos são armazenados na nuvem e podem ser exportados em PDF e Excel, além de serem gerenciados diretamente na plataforma. Utilizamos a ferramenta para sistematizar os dados por meio de campos pré-estabelecidos, conectando diretamente o método de análise proposto pelo banco de dados.

Gostaríamos de discorrer sob três aspectos do método que consideramos importante para toda pesquisa que utiliza o banco de dados: a tipologia de ação, a tipologia de movimentos e a tipologia de pautas. Todas definidas a partir da prática de análise da realidade e leitura das notícias. Ou seja, quem opera o DATALUTA não realiza a sistematização a partir de elementos espontâneos ou momentâneos, mas sim categorias pré-definidas coletivamente. A tipologia de ação diz respeito às formas que a ação assume, como, por exemplo, uma ação comunicativa, realizada através de uma nota de repúdio. Já a tipologia de movimentos reúne aqueles que compartilham características semelhantes, especialmente em relação às principais pautas e formas de organização, por exemplo, movimento camponês ou movimento estudantil.

As pautas, por sua vez, referem-se ao conteúdo da ação, isto é, aos temas que se busca contemplar por meio de sua realização, por exemplo agrotóxico ou agroecologia. Por fim, a última etapa realizada no DATALUTA para a síntese dos dados e representações é a elaboração de mapas, quadros e gráficos através da organização pelo Excel. Com essa breve explicação sobre a

metodologia desenvolvida no banco de dados, objetivamos apresentar o processo de levantamento, sistematização e tratamento dos dados para enfim versar sobre o que aqui estamos analisando, uma vez que não utilizamos os dados brutos, apesar de vermos as notícias uma por uma para validar o dado. Com as planilhas tratadas e disponibilizadas pelo DATALUTA fizemos uma busca pela pauta, que nesse caso a pauta foi “saúde”, buscando se a ação continha ou não a palavra “saúde”.

A partir disso, selecionamos as notícias que eram de nosso interesse para serem revisadas, garantindo que não atendessem apenas ao critério de pauta ou título, mas também de recorte do que propomos. Toda a tabulação dos dados para os produtos que aqui apresentamos foram realizados pelo Google Sheets com ajuda de scripts de automação em JavaScript. Com a localização das ações realizamos os mapas de círculos proporcionais utilizando o software QGIS 3.34.3.

A técnica de círculos proporcionais foi utilizada como forma de representação, permitindo a comparação direta entre os dados espaciais, com os círculos dimensionados proporcionalmente aos valores representados. A escala adotou a normalização pelo valor máximo, ou seja, garantindo que o maior círculo do mapa correspondesse ao maior valor do conjunto de dados de todos os anos, servindo como referência para os demais símbolos do conjunto, que foram ajustados proporcionalmente. Esse método buscou facilitar a identificação de padrões e variações entre as categorias representadas.

3 Apresentação dos resultados

No período de 2020 a 2023 foram realizadas 69 manifestações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais que tiveram a temática “saúde” no conteúdo da publicação da notícia em mídias virtuais. Os movimentos que mais frequentemente participaram desses eventos estão descritos na Tabela 1, outros 13 movimentos foram identificados em uma ação cada um.

Tabela 1 – Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais que realizaram ações coletivas

Sigla	Nome	Frequência
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	38
MPA	Movimento dos Pequenos Produtores	7
MAB	Movimento dos Atingidos Por Barragens	5
CPT	Comissão Pastoral da Terra	4
FNL	Frente Nacional de Luta Campo e Cidade	4
	Via Campesina	3
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos	3
MAM	Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração	2
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	2
MMM	Marcha Mundial de Mulheres	2
	Consulta Popular	2
	Levante Popular da Juventude	2
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas	2

Fonte: DATALUTA.

Com relação a tipologia de movimentos atuantes nessas ações, observamos na Tabela 2 que o movimento camponês é o mais atuante, envolvido em 55 ações no período, entre as 69 estudadas.

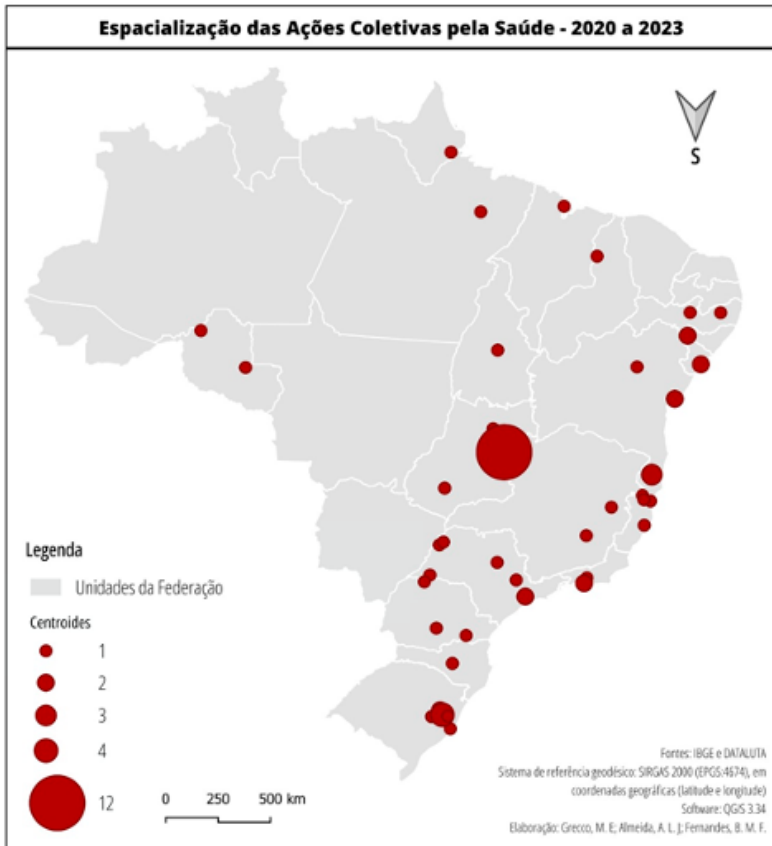
Tabela 2 – Tipologia de Movimentos socioterritoriais e socioespaciais

Tipo de movimento	Frequência
Camponês	55
Quilombola	10
Mulheres	14
Atingidos por barragem	4
Frente	3
Direitos Humanos	3
Estudantil	3
Atingidos pela mineração	2
Juventude	2
Ambientalista	2
Articulação	2
Indígena	2
Sindical	2
Urbano	1
Negro	1

Fonte: DATALUTA.

Quando mapeamos as ações em território nacional, percebemos que há ações nas cinco regiões brasileiras, destacando-se dois locais: a região de Porto Alegre e Brasília. O destaque para Porto Alegre está relacionado com as manifestações do MST devido a pulverização aérea do agronegócio contaminando as plantações de arroz orgânico dos assentados, considerando que essa região é a maior produtora de arroz orgânico na América Latina. Quanto à Brasília, as ações estão relacionadas com a luta pela não aprovação do pacote do veneno.

Figura 1 – Mapa com a espacialização das Ações Coletivas pela Saúde de 2020 a 2023



Fontes: IBGE e DATALUTA.

Dentre as razões das manifestações, em síntese, identificamos 6 temas presentes nos documentos analisados.

- Ações específicas sobre a pandemia de Covid-19: vinte e seis eventos
- Ações de reivindicações de políticas públicas alimentares: quatorze eventos
- Ações de políticas públicas de saúde: onze eventos
- Ações contra a liberação de agrotóxicos: oito eventos
- Ações de denúncia: seis eventos
- Ações de solidariedade: quatro eventos

3.1 Ações específicas sobre a pandemia de covid 19

Foram vinte e seis ações que solicitaram respostas adequadas do governo em relação à pandemia. Dentre essas, oito foram especificamente em relação a população quilombola, principalmente em relação a vacinação desse grupo populacional. As reivindicações estavam relacionadas com medidas emergenciais para garantir a produção, com segurança, de alimentos saudáveis para a população; e propostas de créditos emergenciais para a agricultura familiar manter as atividades produtivas, principalmente para aqueles que vivem a estiagem/seca e aqueles que vivem as enchentes, garantindo renda para a agricultura familiar.

3.2 Ações de reivindicações de políticas públicas alimentares

Foram quatorze ações desenvolvidas no período, todas elas reivindicando políticas públicas direcionadas para os pequenos produtores e agricultura familiar e camponesa, desde políticas de incentivo à produção agroecológica e orgânicos, até o fortalecimento, principalmente, de duas políticas já existentes: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dentre as políticas de apoio à Reforma Agrária é preciso que o Estado tenha ações permanentes e integradas, que envolvam vários ministérios, alinhados com a realidade dos municípios para fornecer: acesso à água, boas estradas, luz (energia solar). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo as reivindicações, poderia ser ampliado para a aquisição de produtos

para hospitais, prisões e quartéis, por exemplo. A agroecologia foi citada como um ponto forte que pode ajudar na diminuição do aquecimento global.

3.3 Ações de políticas públicas de saúde

Foram onze ações relacionadas com reivindicações específicas da área da saúde, sete delas estão relacionadas com a solicitação de melhorias acerca das ações de saúde e infraestruturas nos territórios (assentamentos, acampamentos). Quatro estão relacionadas com processos de formação de agentes comunitários de saúde, sendo três delas, especificamente, sobre a saúde da população LGBTI+ no campo.

3.4 Ações contra a liberação de agrotóxicos

Foram oito ações no período, sendo quatro relacionadas com a dispersão e deriva provocada pelas pulverizações de agrotóxicos; três relacionadas com a flexibilização da legislação para liberar agrotóxicos proibidos em outros países; e uma relacionada com a divulgação de alimentos sem agrotóxicos.

O Brasil vem sofrendo pressões por leis mais flexíveis em relação a liberação de agrotóxicos, dentre eles muitos proibidos em outros países, principalmente na Europa. As manifestações reforçam as denúncias sobre as consequências do uso excessivo de agrotóxicos; sobre seus impactos na saúde da população geral, mas principalmente dos trabalhadores do campo; sobre os impactos no meio ambiente e na qualidade dos alimentos.

As manifestações destacam sobre o quanto as liberações e flexibilizações vão em desacordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas, impactando na sustentabilidade ambiental, na qualidade dos sistemas alimentares e na intensificação dos eventos climáticos extremos.

As manifestações denunciam que as flexibilizações ameaçam o papel do Ministério da Saúde e do Meio Ambiente sobre a regulação dos agrotóxicos e enfraquece o poder de decisão desses órgãos.

As denúncias alertam para direitos que não estariam sendo garantidos para indivíduos e coletividades, como: ambiente ecologicamente equilibrado, alimentação saudável e a saúde de futuras

gerações. Dados do DataSUS, que registram o número de óbitos, demonstram que na última década, o número de mortes de trabalhadores por envenenamento por agrotóxicos só aumenta, além é claro, do aumento da intoxicação crônica e aguda. Observa-se que as aplicações de agrotóxicos em larga escala, prática do agronegócio, são realizadas por trabalhadores submetidos a condições de trabalho precárias, colocando-se em risco de envenenamento, mas também toda a sociedade. Além da associação do agronegócio com o trabalho análogo a escravidão.

O fato do Brasil ser o maior consumidor de agrotóxico do mundo revela sua condição de dependência e submissão às grandes empresas da indústria química que controlam o setor da agricultura (Bayer, Basf, Syngenta, ChemChina, Dow, DuPont e Monsanto) e expressa também sua condição semicolonial de exportador de commodities.

As manifestações apoiam políticas públicas na direção de incentivar o uso de defensivos alternativos, de menor toxicidade e maior sustentabilidade. Apontam que já existem tecnologias disponíveis neste sentido, para um futuro diferente, que agrida menos o planeta. As reportagens apontam para o quanto o agrotóxico escraviza, adoce e mata a nossa vida e a natureza, fazendo o contraponto com a agroecologia.

3.5 Ações de denúncias

Foram seis ações de denúncia que ocorreram também no ano de 2020. Essas ações foram motivadas pela pandemia, onde três delas estão relacionadas com a necessidade de manter o isolamento como forma de preservar a vida; e duas delas relacionadas com a violência doméstica contra mulheres no período de isolamento social. E uma outra, mais específica, relacionada com a falta de água ou o fornecimento de água suja em assentamento.

Os movimentos sociais defenderam a “Parada pela Vida”, pois diante da continuidade da proliferação do vírus e o ritmo lento da vacinação, o isolamento social era a única forma de salvar vidas. Entretanto, incentivaram o “Isolamento Produtivo”, onde seus militantes pudessem plantar árvores e produzir alimentos saudáveis para enfrentar a pandemia da fome e a insegurança alimentar de grande parte da população brasileira.

3.6 Ações de solidariedade

Foram registradas quatro ações de solidariedade, ocorridas nos anos de 2020, primeiro ano de pandemia, diante da necessidade de apoiar várias comunidades na crise sanitária. Foi nesse período que as cozinhas solidárias foram se consolidando em todo o território nacional, possibilitando que os movimentos socioterritoriais do campo fizessem doações de alimentos para abastecer essas cozinhas comunitárias. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra registrou a doação de toneladas de alimentos agroecológicos/orgânicos em todas as regiões do Brasil.

Houve também apoio dos movimentos sociais para a produção de álcool 70%. O produto foi um dos principais materiais utilizados para higienização das mãos e superfícies para prevenção contra o vírus da Covid-19. Entretanto, logo no início da pandemia, essa mercadoria tornou-se escassa, inclusive em instituições de saúde, como hospitais e unidades básicas de saúde. Houve mobilização das comunidades para a produção e doação do produto para instituições de saúde.

Com o crescimento das necessidades de solidariedade, houve uma organização dessas ações na Campanha Periferia Viva para distribuição de produtos básicos durante a pandemia de Covid-19, principalmente porque foram as periferias, devido a falta de saneamento básico, moradias precárias, desemprego, maior densidade populacional que o maior número de mortes foram registrados, com destaque para a população negra e sem escolaridade, evidenciando as desigualdades sociais do país.

Essa iniciativa se deu em várias cidades brasileiras, com a participação de coletivos e movimentos populares, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo e o Levante Popular da Juventude. Foram desenvolvidas ações junto às comunidades, articulando os movimentos populares do campo e da cidade, professores e estudantes universitários, igrejas e organizações sociais, profissionais da saúde e

sindicatos, para atuar de forma coletiva e organizada junto às comunidades com maiores vulnerabilidades.

A maioria dos alimentos veio dos assentamentos de reforma agrária e agricultura familiar, mas também foram distribuídas máscaras de proteção e produtos de higiene pessoal.

Mas a Campanha Periferia Viva também trabalhou com a formação de agentes populares de saúde, com o objetivo de capacitar pessoas para que cuidem de si, das suas famílias e da comunidade, complementando o Sistema Único de Saúde (SUS). Também investiu na orientação dos trabalhadores sobre como acessar o auxílio emergencial disponibilizado pelo governo. Outra ação foi auxiliar mulheres vítimas de violência doméstica, que aumentou durante o isolamento social.

4 Análise e discussão dos resultados

O entendimento de que o modelo agrícola dominante é insustentável, não só pelos danos causados pelos agrotóxicos, mas também por seus efeitos nas mudanças climáticas, perda da biodiversidade e incapacidade de garantir a soberania alimentar parece apresentar atualmente mais ressonância na sociedade, deixando evidente que as políticas agrícolas, os sistemas comerciais, as relações de poder necessitam ser desafiadas para que ocorra o afastamento dos sistemas alimentares industriais dependentes de agrotóxicos e a valorização de práticas agroecológicas para aumentar a diversidade biológica, fazer o manejo de pragas de maneira natural, manejo da fertilidade do solo e a proteção ao meio ambiente e produção de alimentos de verdade (Elver; Tuncak, 2017). Os movimentos socioterritoriais evidenciam isso em suas ações.

Em contraposição ao modelo químico-dependente, esses movimentos defendem a agroecologia como um projeto político e científico contra-hegemônico, que é um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica de valorização da vida e da justiça social (MST, 1999). A agroecologia provê as bases conceituais para agriculturas que cumprem múltiplas funções de interesse público e demonstrou ser capaz de alcançar rendimentos produtivos comparáveis ou superiores aos sistemas que utilizam agroquímicos (Altieri, 2010).

Dados relacionados às condições de vida das populações do campo demonstram que essas apresentam piores indicadores de saúde. As dificuldades de acesso aos serviços de saúde, educação, habitação e saneamento explicam parte desses indicadores. A luta pela terra e por melhores condições de vida tem reforçado a busca por um modelo profundamente diferente de agricultura, com biodiversidade, agroecossistemas saudáveis que permita a fertilidade do solo e a diversidade de produção (Rosset; Altieri, 2023). Essas mudanças vão repercutir na qualidade da alimentação e, portanto, na saúde das populações.

O Brasil lidera o consumo mundial de agrotóxicos, sendo que 90% dessas substâncias são usadas em apenas cinco culturas (soja, milho, algodão, pasto e cana-de-açúcar) e seu uso quase dobrou entre 2010 e 2021. Com isso, a produção agrícola passou a priorizar o mercado global, afastando-se da função de alimentar populações (Bombardi, 2023). Tal modelo de desenvolvimento, baseado no uso intensivo de venenos químicos, é eticamente questionável, socialmente injusto, ambientalmente insustentável e causa sérios danos à saúde, afetando de forma desigual humanos, animais e vegetais em contextos dominados pelo agronegócio (Pignati, 2023).

5 Considerações Finais

As mobilizações e ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais são lutas pelos direitos humanos. Apesar de toda a população brasileira estar potencialmente exposta aos agrotóxicos, há aquelas mais vulneráveis, que são os trabalhadores do campo e as comunidades que vivem no entorno das lavouras onde as pulverizações estão presentes: populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, assentados e pequenos produtores de alimentos. As ações coletivas refletem suas lutas por espaços e territórios. São organizações que lutam por acesso a políticas públicas e contribuem com maior justiça social.

Em sua essência, a luta pela terra e pela saúde é uma luta pela vida digna. As ações coletivas refletem a busca por maior equidade, reforçando a urgência de políticas públicas que incentivem a transição agroecológica e garantam o direito à saúde integral

das populações do campo, da água e da floresta, pavimentando caminhos para um futuro verdadeiramente sustentável e solidário.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2023.

ELVER, H.; TUNCAK, B. **Report of the Special Rapporteur on the Right to Food**. Human Rights Council of the United Nations, v. 17, doc. A/HRC/34/48, 2017. Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/34/48>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Teorias na geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Lutar pela saúde é lutar pela vida**. Cadernos de Saúde do MST. Brasília: MST, 1999.

PIGNATI, Wanderlei Antônio. Impactos sanitários do agronegócio e agrotóxicos no Brasil e no Mato Grosso. In: ROCCON, et al. (org.). **Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do(a) trabalhador(a)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: ciência e política**. São Paulo: Editora UNESP; Expressão Popular; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.